

## RESENHA

FERREIRA Jr., A.; BITTAR, M. (2006). *A proletarização e sindicalismo dos professores na ditadura (1964-1985)*. São Paulo: Pulsar. Prefácio de Eurize Caldas Pessanha.

Este livro é antes de tudo uma defesa elaborada por estes dois grandes pesquisadores, professores e, como nos apresenta Eurize Pessanha no Prefácio, militantes, em prol dos professores da escola pública. Não uma defesa rasa e emotiva, apesar de ficar claro no decorrer do texto o envolvimento profundo dos autores com a escola pública e com seus professores, mas um resgate histórico-social que visa mostrar o movimento ocorrido na ditadura militar (1964-1985) de proletarização do professorado, e a transição de uma profissão tipicamente burguesa, que inicialmente até apoiou o golpe, para uma “categoria social” (p.60; nota 18), sindicalizada e que atuou como protagonista na luta de oposição ao regime. Portanto, é um livro que deve ser lido por todos os professores e interessados na área de educação que se importam realmente com o presente e futuro da educação pública brasileira.

Amarílio Ferreira Jr. e Marisa Bittar deixam claro na Introdução deste livro, sua posição contra o pensamento dos ideólogos neoliberais que “desde a última década” tem sistematicamente acusado os professores “de serem responsáveis pela péssima qualidade de ensino da escola pública como se eles não fossem produto da própria lógica capitalista imposta à sociedade brasileira” (p.13). Assim, eles buscam, neste livro, andar “na contra-mão desse pensamento e acreditando que a baixa remuneração salarial dos professores é um dos mais graves problemas da educação pública contemporânea (...), mostrar aqui a sua origem histórica” (idem).

O fio condutor que permeia todo o livro, desde o seu título, é a observação de Wright Mills, reproduzida no livro, de que “os professores, especialmente os dos 1º e 2º graus, são, do ponto de vista econômico, os proletários das profissões liberais” (p.15).

Ferreira Jr. e Bittar recordam o status do(a) professor(a) até a década de 50, “anos dourados da educação” (p.65). Esta era uma época em que a origem do professorado vinham das camadas médias urbanas e das próprias elites, e a escola normal era uma instituição destinada à formação das moças burguesas, como um traço inescusável de perfil feminino e padrão seletivo. Porém, este panorama sofre uma transformação na ditadura militar. Os parâmetros do exercício da profissão se tornam distintos, como nos mostram os autores, “o crescimento acelerado do capitalismo brasileiro durante a ditadura militar impôs uma política educacional que se materializou, em linhas gerais, nas reformas de 1968 e 1971, cujos efeitos engendram uma nova categoria de docentes e, por conseguinte, no exercício da profissão em parâmetros distintos dos anteriores” (p.69).

Para entendermos melhor esta distinção, podemos voltar aos primeiros capítulos nos quais os autores fazem uma rápida incursão no período que compreendeu o Golpe Militar em 1964. O que significou este golpe? A citação de Herbert de Souza, o Betinho, explicitada pelos autores, sintetiza bem. Betinho diz que aquele momento foi o “começo de uma nova era na história do Brasil, o fim temporário de um processo de democratização que ninguém conseguiu parar. Fim do voto. Da liberdade. Da dignidade do cidadão. Começo da tortura, da morte, da tentativa de inibir a liberdade pelo reino do terror” (p.24).

O Brasil, durante toda sua construção histórico-social, tem se caracterizado por uma “política elitista e excludente” (p.17), que deixa as classes subalternas à margem das decisões sobre o futuro da sociedade (mesmo porque este futuro não existe para os dominados!), e não ocorreu de forma diferente durante o regime militar. No âmbito econômico o Estado militar empreendeu-se em um intenso processo de modernização,

autoritária e pré-moldada pelos países desenvolvidos economicamente (principalmente os Estados Unidos da América), na formação urbano-industrial da sociedade brasileira *“marcada pela descontinuidade sem ruptura, processo no qual muda-se uma ordem institucional conservando-se elementos estruturais da anterior”* (p.21).

Ferreira e Bittar nos salientam, por meio do diagnóstico feito por Diniz, Boschi e Lessa, que este processo de modernização acelerada conseguiu transformar o Brasil em uma *“sociedade urbano-industrial complexa e diferenciada mas também engendrou um agravamento dos níveis de desigualdade e pobreza”* (p.54). Esta sociedade é constituída por uma estrutura de classes sociais bem mais complexas que as anteriores pois, além de incorporar *“as classes sociais das relações pré-capitalistas de produção”*, ela produziu uma *“vasta e heterogênea composição social das classes médias que se situam entre a burguesia e o proletariado fabril”* (p.55). É nesta classe, de difícil definição conceitual, que os autores enquadram os professores. Como diz Pessanha, citada pelos autores, *“teoricamente esta (professorado) é uma categoria das 'classes médias' porque seu trabalho a coloca do lado do trabalho não manual da atividade humana”*, uma posição de domínio frente aos trabalhadores manuais (p.58).

Seguindo esta linha podemos refletir sobre Gramsci. Como assinalam Amarílio Ferreira Jr. e Marisa Bittar, ao analisar a importância da escola para a sociedade, Gramsci afirma que *“a escola e a igreja são as duas maiores instituições culturais de qualquer país ocidental, e por isso, elas concentram o maior número de intelectuais ligados ao mundo do conhecimento e da cultura”*, mas salientou que *“há grande cisão entre as massas populares e os grupos intelectuais, inclusive os mais numerosos e mais próximos à produção de riquezas”* (p.59).

Notamos então uma contradição engendrada nas próprias relações de produção em que, ao mesmo tempo que a modernização das sociedades capitalistas necessita dessas novas vertentes da classe média, ela a marginaliza e inferioriza, o que se reflete na *“tendência histórica de achatamento salarial”* visto essas frações não estarem diretamente vinculadas à produção de riquezas (p.59).

Os autores ressaltam dois aspectos que, conjugados neste cenário da sociedade urbano-industrial, determinaram uma transformação radical tanto na trajetória como na composição do professorado: o *“crescimento numérico dos professores”* (impulsionado pelas Leis 5540/68 e 5692/71), e o *“arrocho salarial a que foi submetida durante toda vigência da ditadura”* (p.15).

Para entender o impacto das reformas educacionais implantadas pelo governo militar, no processo de proletarização dos professores, os autores dedicam um capítulo para analisar este movimento. Neste capítulo, eles mostram que a Lei 5540/68 possibilitou que uma fração do magistério de 1º grau, não apenas de 2º como acontecia antes, fosse formada em cursos superiores. Isso ocorreu devido a reorganização do funcionamento do ensino superior e de sua articulação com o ensino secundário.

A Lei 5692/71, como nos mostram Ferreira e Bittar, foi mais enfática em sua mudança, pois reestruturou os antigos Primário e Ginásial criando o 1º e 2º graus, duplicando para oito anos o ensino obrigatório. Segundo General Ernesto Garrastazu Médici, citado pelos autores, estas mudanças eram sinais de que viria *“a grande revolução industrial, na passagem da velha orientação propedêutica da escola secundária a uma realística preparação para a vida”* (p.66).

Esta Lei impôs um novo perfil profissional aos educadores do ensino básico. Ferreira Jr. e Bittar destacam que, se do ponto de vista da democracia e expansão quantitativa das matrículas podemos observar avanços positivos, a forma que esta expansão tomou na ditadura militar marcou de forma negativa o professorado público. Ao combinar o arrocho salarial ao detrimento da formação acadêmica dos professores, instaurou-se *“um processo perverso e contínuo de proletarização da categoria profissional dos professores de 1º e 2º graus”* (p.62)

Os autores assinalam que desde 1970 é possível distinguir duas vertentes na categoria dos professores: a primeira refere-se aos membros das classes médias, que no processo de modernização das relações de produção capitalistas, sofreram uma mobilidade vertical descendente; a segunda vertente refere-se a uma trajetória inversa a primeira, na qual membros das classes médias baixas ou trabalhadores urbanos efetivaram um movimento vertical ascendente, beneficiados pela massificação universitária.

Este novo perfil dos professores, de proletário da educação, submetido às mesmas contradições socioeconômicas que determinaram a existência material dos trabalhadores, representou, como podemos observar no livro, a maturação das condições que associaram o destino político dos professores à luta sindical. Para defender-se frente *"ao processo de proletarização imposto, o professorado incorporou a tradição clássica das classes operárias da organização em sindicatos para a defesa de seus interesses"* (p.59). Um processo exemplificado pelos dados apresentados pelos autores de que a maioria das greves, 37% do total de greves ocorridas entre 1979 e 1983, foram protagonizadas pelo movimento dos professores do ensino básico e universitário (p.60).

Ferreira e Bittar nos mostram que as lutas protagonizadas pelo professorado público foram de grande importância para a retomada da democracia política, mas não foram, infelizmente, suficientes para uma retomada do crescimento econômico nem para instituir uma política de redistribuição de renda, ou para assegurar a igualdade e a dignidade humana. Ainda nos deparamos com um panorama desesperador na educação: por um lado nossas crianças não são alfabetizadas, muito menos letradas, sem falar nos que abandonam a escola, do outro lado temos a formação acadêmica dos professores de educação básica completamente vazia e empobrecida, seja de conhecimento técnico ou cultural.

Portanto, considero de grande valor as palavras simples e finais dos autores de que a saída para a tragédia educacional é um política que *"supra três grandes problemas que hoje situam a escola pública num patamar assolador: acesso permanência e aprendizagem efetiva do conhecimento"*, e alertam que *"nas duas últimas dimensões da crise - permanência e aprendizagem efetiva - o professor desempenha um papel fundamental"*, e que portanto, *"sem a sua adequada formação e remuneração, a escola pública continuará naufragando"* (p.84).

Aspectos aparentemente óbvios e constantemente discutidos, mas que exigem reflexão e ação por parte de todos os atores envolvidos com a educação, para que não parem apenas como ideais abstratos, quase místicos, mas que se traduzam na luta pela *"libertação espiritual e econômica do professor, mediante uma formação e remuneração que lhe confira dignidade e prestígio"* (p.82).

Esta resenha foi escrita por Cristiane Barboza de Carvalho, aluna de graduação do curso de Pedagogia da Universidade Federal de São Carlos (4º semestre).  
e-mail: eaitudobem@ig.com.br

## RESENHA

DALLABRIDA, Norberto. **A Fabricação escolar das elites: O Ginásio Catarinense na Primeira República**. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

O livro de Norberto Dallabrida sobre o Ginásio Catarinense de Florianópolis é uma importante contribuição para a história da educação e das instituições de ensino. Está dividido em quatro partes que flagram os fragmentos do colégio e, em conjunto, formam um mosaico escolar.

A fundação dessa instituição de ensino converteu-se num dos principais fatos na construção da aliança entre a Igreja Católica e o Estado oligárquico, com objetivo de proporcionar a formação de elites letradas e disciplinadas do sexo masculino, demandadas pelo nascente capitalismo e sua sociedade disciplinar. Foi uma iniciativa republicana que visava estabelecer um colégio regular e permanente na capital de Santa Catarina, procurando superar precariedade do ensino secundário no período imperial. Norberto Dallabrida analisa as reformas escolares implementadas pelos primeiros governos republicanos em Santa Catarina e sua relação com os novos grupos sociais que entraram em cena naquele momento.

O estabelecimento do colégio dos padres jesuítas foi concretizado a partir do fechamento do único ginásio estadual público, indicando a determinação das elites políticas estaduais de privatizar o ensino secundário no início do período republicano.

O início do Ginásio Santa Catarina se deu a partir de uma visita à Chácara das Magnólias, através de um encontro entre o ato escalão civil e militar do Estado de Santa Catarina e representantes expressivos do clero católico local, tendo como objetivo a implantação de um colégio de ensino secundário na capital, sob a direção dos padres jesuítas e com o apoio dos governos estadual e municipal.

Segundo o autor, o debate de fundo girava em torno de três questões: a privatização do ensino secundário, a laicidade do ensino ministrado pelos padres jesuítas e a nacionalidade alemã da maioria dos padres-professores.

As diversas iniciativas do Governo Estadual para incrementar o ensino secundário manifestavam a vontade política de criar distinção social para os filhos das elites catarinenses. O caráter privado do colégio excluía compulsoriamente os filhos das famílias das classes populares e o projeto pedagógico dos jesuítas era direcionado para o

cultivo de capital cultural refinado, contribuindo para a produção de “habitus” apropriado às elites dirigentes.

No início do século XX, a educação escolar transformou-se no principal alvo de investimento político de vários grupos sociais, especialmente das instituições religiosas que concebiam a escola como estratégia de conversão e manutenção de seus fiéis.

Rodeado de polêmicas sobre o fechamento do ginásio público catarinense, de forma discreta, em março de 1906, começava a funcionar regularmente o Colégio de Santa Catarina. O pequeno número de matrículas indicava que o colégio satisfazia o “desejo de ser estrangeiro” que as elites perseguiram. No contexto da “reuropeização” do catolicismo, Dallabrida mostra a reforma estrutural passada pela Igreja Católica na Primeira República, que a transformaria em uma das principais instituições disciplinares. O conservadorismo do seu catolicismo procurava produzir fiéis disciplinados, piedosos, submissos à hierarquia clerical e civil e praticantes do sacramento.

No final da década de 1910, as elites civis e eclesiásticas estavam de mãos dadas na produção de sujeitos ordeiros, produtivos, patrióticos e católicos, com o intuito de combater um inimigo comum: a ameaça revolucionária que começava a ganhar visibilidade no cenário nacional. Para conseguir docilidade e submissão do corpo discente, a maquinaria escolar colocava em marcha estratégias de vigilância que investissem sobre a totalidade da vida dos estudantes, mantendo um olhar atento sobre todos na sala de aula, nos pátios e em locais fora dos muros do colégio.

A criação do Ginásio no início do século XX foi um dos principais fatos na tessitura da aliança da Igreja Católica com o Estado oligárquico catarinense e pela sociedade disciplinar. Significou a primeira reforma efetiva no sistema escolar estadual, estabelecendo a privatização e a “regeneração” do ensino secundário.

A equiparação do Ginásio Catarinense ao Ginásio Nacional foi concretizada com euforia. Em termos curriculares, isso significava que o Ginásio Santa Catarina se equiparava ao currículo do Ginásio Nacional, com seus respectivos programas, cargas horárias semanais e seriação. No currículo, ainda embasado pelo “Ratio Studiorum”, encontrava-se o ensino do vernáculo, algumas línguas européias modernas e as clássicas. A disciplina de religião não constava como disciplina oficial, mas tinha seu próprio “status” de oficiosa.

Além da religião, como disciplinas facultativas havia: música, canto, pintura e ginástica. Instrução militar também não fazia parte do currículo oficial, mas por força da legislação passou a ser ministrada regularmente aos alunos do último ano.

O Ginásio Catarinense primava pela uniformidade curricular. Visava viabilizar o saber considerado socialmente válido pela Companhia de Jesus e pelas elites regionais, enquanto o saber tachado de impróprio era evitado e proibido.

No capítulo “Incitar, vigiar e punir”, em clara alusão ao clássico estudo de Michel Foucault, Dallabrida explica que os sistemas de equiparação e fiscalização vistoriavam o catálogo das disciplinas obrigatórias, seus programas, suas cargas horárias, bem como a realização anual dos exames gerais do curso seriado e dos exames preparatórios.

O espaço escolar era vigiado por diferentes táticas que, por sua vez, eram garantidas por uma rígida hierarquia escolar. A hierarquia mantinha distantes os dirigentes escolares dos alunos por meio de exercício de obediência.

Através do incitamento, ou seja, do estímulo, o investimento didático contínuo procurava transformar a massa estudantil num corpo discente mais produtivo possível e obediente às regularidades e normas escolares importantes na construção da subjetividade dos alunos. As punições que lá haviam eram aplicadas em decorrência do desrespeito às leis definidas no regimento do colégio e à falta do cumprimento da ordem estabelecida. Eram proporcionadas à gravidade dos desvios.

Sobre a clientela masculina que procurava o colégio, o autor constata o crescente número geral de matrículas nos primeiros anos de funcionamento quando o número de internos era mais estável e de externos crescia de forma irregular.

O baixo número dos alunos evidenciava a elitização do ensino secundário em Santa Catarina na Primeira República, uma vez que o ensino era concebido como um “luxo aristocrático”.

Era visível a exclusão do público feminino. Os docentes eram padres ou professores leigos do sexo masculino e as funções administrativas eram exercidas por membros da Companhia de Jesus. A ordenação das disciplinas do currículo denunciava o critério masculino na seleção e organização dos saberes escolares. Também os dispositivos escolares eram arquitetados para produzir subjetividade estudantil masculina.

O livro informa ainda que a maioria dos egressos do ginásio continuou os estudos, freqüentando cursos superiores e não tiveram dificuldades para fazer carreira profissional.

Além do acúmulo de capital cultural, que abria as portas para a escolarização em nível superior, a convivência no ginásio catarinense proporcionava precioso acúmulo de capital social.

Norberto Dallabrida finaliza o livro dizendo que o lema do colégio dos padres jesuítas “Virtus et Scientia” resumia o duplo objetivo pedagógico: transmitir capital literário e científico europeu e católico e formar a subjetividade da juventude, inculcando-lhe vigor, disciplina, trabalho, obediência e liderança.

A tese do livro se resume no seguinte: a Igreja Católica participava da construção da desigualdade social e da discriminação de gênero gerada pela sociedade capitalista por meio da criação de modos escolares de educação voltados para elites catarinenses da Primeira República.

A educação escolar converteu-se numa estratégia central da cruzada moderna, pelo fato de os reformadores religiosos investirem de forma rotineira e sistemática na produção da infância. Sendo assim, o Ginásio Catarinense foi considerado, com razão, a fortaleza da religião católica no território catarinense.

Entendo que o principal valor da obra está na metodologia utilizada: o autor articula com competência os dados empíricos particulares com a totalidade social da época. A criação do colégio, a clientela, o currículo e a gestão retrataram um quadro unitário e orgânico da sociedade catarinense da Primeira República.

Esta resenha foi escrita por Patrícia Rabello Corrêa \*

Graduanda em Pedagogia - UFSCar

---

\* O texto desta resenha contou com a colaboração do professor Paolo Nosella.

## RESENHA

NOSELLA, Paolo. **O Centro Universitário de Jaraguá do Sul**: uma história de ousadia e determinação. Jaraguá do Sul: UNERJ, 2001. 178 p.

Paolo Nosela nasceu na Itália em 1942, onde em 1967 se licenciou em Filosofia, ano que veio para o Brasil trabalhar com Educação Popular. Fez mestrado e doutorado na PUC/SP, nos anos de 1977 e 1981, respectivamente. Trabalhou desde 1979 na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), na qual foi professor titular. Hoje é Professor voluntário da UFSCar e faz parte do corpo docente do Programa de Mestrado em Educação do Centro de Educação Nove de Julho de São Paulo (UNINOVE). Durante toda sua vida escreveu diversos livros e artigos. Atualmente, continua seus estudos como pesquisador desenvolvendo trabalhos sobre Filosofia e a História de Instituições Escolares.

O livro “O Centro Universitário de Jaraguá do Sul” faz parte das pesquisas que desenvolve sobre as instituições escolares. Ele conta a história desse Centro Universitário e da Fundação Educacional Jaraguense (FERJ), partindo da colonização do Vale do Itapocu no norte de Santa Catarina. O percurso construído no livro tem como ponto central mostrar que essa é uma instituição de educação superior de natureza comunitária.

O livro foi escrito a partir de levantamentos de documentos, reportagens sobre a história da FERJ e depoimentos de pessoas que viveram essa história. Dessa forma, a história da instituição se apoiou em diferentes fontes e os resultados concretizados no livro revelam o cuidado e o rigor no tratamento das fontes. Nessa direção, o autor indica três concepções que orientaram o trabalho, no sentido teórico-metodológico: a relação trabalho e educação, o debate em torno das Ciências Humanas e o debate entre os historiadores que contrapõem dados empíricos.

O primeiro capítulo dedica-se a história do Vale do Itapocu que começa com a chegada dos imigrantes europeus na segunda metade do século XIX. De acordo com Nosella, a miséria e o desemprego na Europa justificaram a vinda para o Brasil desses imigrantes que acreditaram na promessa de melhoria de vida. Entretanto, a maioria acabou sendo tratada como verdadeiros escravos brancos, pois os imigrantes mais pobres iam para as lavouras e os poucos técnicos colocavam suas habilidades a serviço da aristocracia brasileira.

O livro conta sobre a povoação e exploração do Vale do Itapocu, a colonização da cidade de Jaraguá que veio a se transformar em uma das cidades mais progressistas de Santa Catarina e do Brasil e aponta a importância do Engenheiro Emílio Carlos Jourdan, imigrante que se naturalizou brasileiro, no surgimento da cidade. No final do século XIX, Jaraguá já era um embrião de município, tendo a agricultura como a principal fonte de renda e com um pequeno comércio. Com a chegada de líderes religiosos, após 1900, as primeiras escolas são formadas.

No início século XX, de acordo com Nosella, em Jaraguá, nascem algumas empresas, que “serão verdadeiras fortunas”, muitas delas do ramo agrícola que se transformaram em outro ramo. São criadas ainda a estação de Telégrafo Nacional e uma usina elétrica. Em 1934, o Coronel Aristiliano Ramos cria o município de Jaraguá do Sul através do decreto n.565. De acordo com Nosella, Jaraguá era uma cidade pequena, mas com grandes indústrias, um clima cultural moderno e espírito industrialista, devido principalmente aos imigrantes alemães de religião Lutera. Como na maior parte do país, Jaraguá é um misto de raças e religiões. O preconceito religioso começou a aparecer devido às disputas políticas. Apesar disso, o autor aponta que reinou o espírito ecumênico, com diferentes credos convivendo harmoniosamente e foi, portanto, nesse espírito, que a FERJ foi criada tendo como fundador um Padre católico.

O segundo capítulo aborda a chegada do Pe. Elemar, com o qual, em 1966, começa o Ensino Superior em Jaraguá. Ele teve como motivação para criação da escola o destino dos jovens que concluíam o segundo grau que tinham que estudar fora, no caso de famílias mais ricas, e os mais pobres não tinham como continuar estudando. Outro fator importante que influenciou a criação do Ensino Superior em Jaraguá foi a evolução econômico-social do local e de todo país e, portanto, a necessidade de formação de profissionais preparados para atuar na indústria e no comércio.

Em agosto de 1973, na Câmara Municipal, foram aprovados a FERJ e o curso de Estudos Sociais por ter uma estrutura que não exigia grandes investimentos. O curso tinha como objetivo qualificar o professorado. Em 1974, recebem a aprovação do Conselho Estadual e, em 1975, dos órgãos federais. A assinatura do convênio SESI/FERJ garantiu o funcionamento da faculdade em salas emprestadas e, em janeiro de 1976, ocorreu o primeiro vestibular.

O terceiro capítulo intitulado: “A faculdade de Estudos Sociais” fala do vestibular, dos calouros, da aula magna inaugural, sobre a importância do curso de Estudos Sociais e do início das aulas nas salas emprestadas. Um tempo depois, o terreno para construção do

prédio da escola, foi comprado e o primeiro bloco com oito salas foi construído e inaugurado em 15 de outubro de 1978. Um fato notável, registrado nesse capítulo do livro, foi a criação da primeira biblioteca da FERJ. Ela começou de uma forma bem diferente, pois o Pe. Elemar convocou membros do Grêmio da Juventude para irem de casa em casa para registrarem os livros que a comunidade tinha e, assim, centralizando o registro dos livros disponíveis na cidade para os alunos da faculdade, sendo assim, teve-se participação integral da comunidade na formação da biblioteca.

O quarto capítulo “Navegar é preciso” mostrará as dificuldades enfrentadas pela substituta do Pe. Elemar, a Prof<sup>a</sup>. Carla Schreiner, para implantar o curso de Administração aprovado apenas em 1985 e as dificuldades enfrentadas pela instituição. O capítulo cinco livro intitulado “Expansão” dedica-se, primeiramente, à implantação do curso de Administração e à criação de novos cursos.

Nosella conclui dizendo que a história da FERJ mostra que ela nunca renunciou o espírito de autonomia, mas durante a sua existência teve que realizar convênios que garantiram o seu funcionamento. Assim, desde de 1986, a FERJ criou inúmeros cursos de pós-graduação, sendo a maioria por meio de convênios com instituições de educação consolidadas. Em julho de 1998, inicia-se o processo de credenciamento do Centro de Educação Superior do Jaraguá do Sul como Centro Universitário que durou até maio de 2000, ganhando, portanto uma nova sigla: UNERJ.

A obra permite o conhecimento e reconhecimento da história de uma Instituição que nasceu pela força da comunidade e que, durante a sua história, não perdeu essa natureza. Portanto, como assinala Nosella, “[...] toda instituição de educação superior de qualidade é fruto de uma natural evolução da comunidade que se urbaniza e civiliza [...]” (p.18). A leitura do livro é acessível e muito interessante, pois mostra o que há por trás da criação e desenvolvimento de uma instituição de ensino: uma história, muitas vezes, esquecida, mas que deve ser lembrada para dar forças a novas conquistas.

Esta resenha foi escrita por Larissa M. Gontijo Dornfeld

Graduanda em Pedagogia da Universidade Federal de São Carlos.

larissamgd@yahoo.com.br